

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

Outras palavras, outras práticas

Organização
Flávia Schilling

Prefácio
Maria Victoria Benevides



Andrei Koerner
Beatriz de Basto Teixeira
Carlota Boto
Francisco Dias
Helena Singer
José Sérgio Carvalho
Marcelo Daher
Maria José de Rezende
Paulo Roberto Padilha
Petronella Maria Boonen



FEUSP

CORTEZ
EDITORA

Desafios para a atuação de um Centro de Direitos Humanos e Educação Popular

Petronella Maria Boonen

*"Direitos humanos, pra mim, é uma coisa boa
Que deveria ser levada a sério."*

Morador do Capão Redondo

O lugar de minha reflexão

Este artigo procura abordar a questão dos direitos humanos na comunidade, a partir de dentro. Como educadora do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo e moradora da mesma região, tenho proximidade com estes dois eixos. Quero dialogar com certo enredo em que estou envolvida, pessoal e profissionalmente, e que pode parecer estranho à comunidade acadêmica.

Assim, ousou apresentar, de início, um desafio para a universidade: pensar um sistema educativo que propicie um *continuum educativo*¹, integrando graduandos, pós-graduandos e os centros de pesquisa com as comunidades populares, grupos da periferia, grupos de mulheres que educam as futuras gerações, crianças, adolescentes e jovens e com organizações não-governamentais. Educar para o espaço público: coração, valores,

1. Gorostiaga, Xabier. "Desenvolvimento por uma perspectiva intercultural". In: Abong, 2002: 102.

sentimentos, talento, desejo e possibilidades. Educar para os direitos humanos numa perspectiva universal, superando o individualismo, o consumismo e o hedonismo dos tempos pós-modernos.

A comunidade da qual falo é o Capão Redondo, situado na região sul do município de São Paulo, a aproximadamente trinta quilômetros do centro. Caracteriza-se como uma das mais carentes e críticas regiões da cidade de São Paulo, principalmente em decorrência de uma ocupação desordenada com moradias precárias, loteamentos clandestinos e favelas em áreas inadequadas para morar. A região é densamente povoada com migrantes que vieram de outros estados há aproximadamente trinta anos.

No Mapa da Exclusão/Inclusão², o distrito do Capão Redondo está na 11. posição da exclusão, num total de 96 distritos da cidade de São Paulo. Quanto à questão habitacional, 22% moram em domicílios precários e 15% dos chefes de família não têm rendimento. A região ainda é conhecida pelo seu alto número de homicídios³.

O desenraizamento

Aproximando-nos dos moradores desta região, proponho uma abordagem talvez pouco comum, sobre o tema. Quero olhar as pessoas dos bairros em questão, por intermédio do eixo do “enraizamento” e “desenraizamento”, projetado pela filósofa francesa, Simone Weil (1909-43).

Para Weil (2001: 43), o

“enraizamento é, talvez, a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente.”

2. Mapa da Exclusão/Inclusão 2002, PUC-SP. A pontuação vai de mais 100 a menos 100. Nos extremos estão o Jardim Ângela com — 100,00, e Moema, com + 100.

3. A taxa de homicídios é de 132,65 por 100 mil habitantes. Em Moema, bairro paulistano de classe média, esta taxa é 8,79 (comparando, em La Paz a taxa é 31, Londres, 2; Tóquio 1) *Fonte*: www.conjunturacriminal.com.br. Acesso em 30/07/2002.

O enraizamento, quando não bem-sucedido, dá lugar ao desenraizamento que Weil considera a doença mais perigosa das sociedades humanas, pois multiplica a si mesmo. O remédio para o desenraizamento é o próprio enraizamento: “Quem é desenraizado desenraiza. Quem é enraizado não desenraiza” (Weil, 2001: 47).

Com este conceito de Weil me aproximo das questões colocadas: direitos humanos na comunidade de excluídos na periferia. Por que não pensar que uma das causas da exclusão social é o *desenraizamento*? Ou se a consequência da exclusão social vier a provocar o desenraizamento — a doença mais perigosa das sociedades humanas —, uma vez que a sociedade não é capaz de oferecer a estes moradores os meios que deveriam constituir sua vida moral, intelectual e espiritual?

Assim, a reflexão sobre direitos humanos na comunidade coloca-nos diante de uma tarefa que parece pedir novos fundamentos, também para a educação e as políticas públicas.

Representações sobre direitos humanos

As representações que estes moradores têm sobre direitos humanos são marcadas pela experiência de morar no Capão Redondo, cenário já descrito. São pessoas violentadas seja socialmente, seja criminalmente, e suas representações sobre direitos humanos são influenciadas por estas experiências cotidianas.

Nas falas sobre este assunto, a predominância é referente à magnitude dos direitos humanos. Entendem que são uma coisa boa, que deveria existir para todos. Dizem respeito à possibilidade de se ter uma profissão, emprego, salário que possibilite uma moradia digna ou o pagamento de um aluguel. Também o lazer é citado como um direito humano. Mas direitos humanos são também o combate à seca do Nordeste, e a crítica aos governantes por desviarem dinheiro para o próprio bolso.

A extensão destes direitos aparece de forma magnífica no seguinte depoimento: “É direito. É todos direitos que a humanidade tem, né? Os direito!” Esta fala aponta para a etimologia da palavra direito, de Lévy-Bruhl, citado por Buoro (1998: 155): “*droit, right, Recht, diritto* e direito, nas diversas línguas, provém de uma metáfora, em que e a figura geométrica

adquiriu sentido moral e, em seguida, jurídico: o direito é a linha reta, que se opõe à curva ou à oblíqua, e que se liga à noção de retidão, de franqueza e de lealdade nas relações humanas”.

Outra vertente de falas é sobre a proteção de entidades ligadas aos direitos humanos. Os moradores sabem que uma das funções destas entidades é proteger a população contra eventuais abusos, por parte de quem quer que seja. Açam certo e necessário, pois sabem que um dia podem precisar recorrer a eles.

Uma terceira percepção — a ausência dos direitos humanos — pode ser resumida no seguinte depoimento: “Direitos humanos, eu não tou vendo nada. Eu não tou vendo direito nenhum”. As falas mostram a consciência de uma ausência que poderia dignificar suas vidas.

Por fim existe também a noção amplamente difundida por certo tipo de mídia que os direitos humanos seriam para defender os privilégios dos bandidos. Mas não é a primeira associação que moradores de Capão Redondo fazem, quando indagados sobre o significado de direitos humanos.

Retomando o texto clássico de Marshall (1967: 63), que sugere dividir o desenvolvimento da cidadania em três partes a civil, a política e a social —, podemos afirmar que as falas se concentram na reivindicação dos direitos sociais. Conforme Marshall, “o elemento social se refere a tudo o que vai, desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social, e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas a ele são o sistema educacional e os serviços sociais”.

O entendimento da população pesquisada no Capão Redondo apresenta um quadro que liga os direitos humanos quase que exclusivamente aos direitos sociais. Reivindica uma vida com dignidade. Questiona os mecanismos de exclusão que estão vinculados à negação do acesso a direitos, principalmente por serem pobres. Várias pessoas são vítimas indiretas da violência (pessoas próximas foram mortas). Estes, especialmente, sentem que lhes falta o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal e têm consciência que isso seria um dos primeiros entre os direitos humanos.

Os moradores em questão geralmente são familiarizados com ações judiciais extralegais, paralelas ao sistema estatal, como: ação de justiceiros,

justiçamentos privados, linchamentos, violência policial e imposições de bandidos.

Suas falas referentes à polícia, justiça e lei mobilizam e cruzam lógicas diferentes, cada uma com sua própria organização de poder: ora uma que pertence ao espaço da cidadania, ora outra, própria do espaço da comunidade ou do espaço doméstico. Quando há alguma situação de conflito, por vezes recorrem às instituições públicas, e, por vezes, negociam com elas no interior da lógica familiar ou comunitária. Em algumas ocasiões tentam corresponder aos apelos do cotidiano, apoiando-se exclusivamente na lógica familiar e/ou comunitária, conforme lhes parecer mais adequado. Sua aspiração de “sobreviver da melhor forma possível” os faz negociar, a cada acontecimento, sua relação com o espaço público.

Debruçando-me sobre a ligação entre o cotidiano destes moradores e as instituições do Estado — justiça, lei e polícia — não parece sobrar dúvidas da correlação entre proximidade de tragédias causadas pela violência e menor predominância da lógica do espaço da cidadania.

A relação destes moradores com estas instâncias oficiais depende diretamente de sua experiência pessoal e/ou familiar com a violência e o modo de elaboração desta experiência. Nos casos em que houve proximidade com a violência, os moradores entrevistados afirmam que as instituições do Estado não resolveram a situação a contento. Afirmam, conseqüentemente, que não querem mais recorrer a estas instâncias.

Isto pode significar que a relação com o mundo público, o Estado, não ajuda a elaborar a experiência da violência. Os que tiveram algum contato com a violência, por estarem próximos de vítimas ou agressores, afirmam, mais do que outros, buscar respostas próprias do mundo privado, baseadas na lógica familiar e/ou comunitária para elaborar esta e solucionar o problema.

Apesar da noção ampla sobre direitos humanos, não foi possível perceber que esta consciência mobiliza a cidadania, entendida no sentido dinâmico do movimento social, que visa a ampliação das condições e recursos capazes de reduzir a reprodução da desigualdade entre estratos da sociedade, por meio do exercício extensivo da participação social e política (Fischer, 1985).

Relações com os próximos

Nas décadas de 1970 e 1980, diversos autores⁴ afirmam a importância dos laços entre os vizinhos em periferias urbanas que constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade.

Em anos mais recentes, as informações mostram que este quadro mudou. Diferentemente das pesquisas dos anos 1970 e 1980, que ressaltavam a vivência comunitária entre os moradores da periferia, no final dos anos 1990, moradores do Capão Redondo dizem evitar contato com seus iguais, os vizinhos. Constroem laços por meio das relações familiares e/ou religiosas, normalmente fora da própria rua, pois a vizinhança já não oferece as condições mínimas de confiança.

Em geral, existe uma visão bastante negativa do bairro, devido à urbanização insuficiente: ausência de infra-estrutura e de emprego, inexistência de asfalto, falta de canalização do córrego, extravasamento de esgoto, ausência de oportunidades de lazer e de creches, não-funcionamento da associação dos moradores e o mau atendimento no posto de saúde. A queixa sobre comentários infundados entre a população é permanente. Tal "*excesso de fofocas*" provoca o corte de muitas relações. Na rua, parece pairar uma ameaça baseada na imprevisibilidade do comportamento do outro. Parece haver um perigo no fato de se estar ligado, ou se ver confundido, com alguém envolvido em alguma trama. Conseqüentemente, evita-se qualquer contato que poderia ser um indício de tal proximidade. Como nunca se sabe exatamente quem é suspeito, é mais seguro suspeitar de todos e evitar contatos. As relações limitam-se a conversas superficiais sobre trivialidades do cotidiano.

Esta situação parece aproximar-se daquela apresentada por Alvito (1998), em etnografia sobre a favela do Acari, Rio de Janeiro. Este autor descreve a continuidade e rompimento daquilo que denomina "linhagens" dos chefes do tráfico. Postula que, em meio ao *caos* (simbolizado na ocorrência de estupros, desrespeito ao limite último da honra dos chefes de família), dois chefes consecutivos se tenham alçado como "defensores" da comunidade. O que lhes sucedeu, segundo Alvito, motivado por objetivos meramente individualistas, não conseguiu esta mesma legitimação. Perso-

4. Durham, 1986; Sarti, 1994 & Zaluar, 1985.

nificando a violência, este último era incapaz de reconhecer qualquer tipo de vínculo, mesmo de amizade ou de parentesco. Ultrapassando a violência, ele representaria o terror, o espaço da morte, no qual as coisas se humanizam e as pessoas se transformam em coisas. Salienta que as culturas da morte se alimentam do silêncio e do mito, a fim de controlar populações numerosas, classes sociais inteiras e mesmo nações, por meio da elaboração cultural do medo. Seria o mal absoluto, desprovido de sentido, justificativa ou previsibilidade, cujo nome não se pronunciaria, cuja onipresença contrasta com sua invisibilidade.

Não é de estranhar que a situação de medo ou terror no bairro influencia as relações familiares. Para algumas mulheres, o casamento significou também seus primeiros contatos com a violência, pelo fato de o marido ou cunhado ser "matador". Viam muitas "coisas" e tinham que ficar de "bico fechado". Ainda que estas se sentissem muito mal, por lealdade familiar, não podem ou podiam negar socorro. Tinha que calar de forma a carregar a dor em silêncio, solitariamente.

Esta dor também é imensa para quem sofreu perdas de pessoas próximas. "Dentro de mim fica uma dor muito grande. Eu sinto muito, mas... vai fazer o quê? Tem vez que eu fico aqui em casa chorando, né? Lembrando como aconteceu a morte do meu irmão... se ele sentiu muita dor... se ele sofreu muito pra morrer... sabe? Eu lembro de muitas pessoas que morreram assim, que eu já vi... Eu sinto dor. Eu sinto..."

Em relação aos filhos, os pais avaliam que o controle sobre eles é bastante limitado no tempo e no espaço e que, muito cedo, terão que se responsabilizar por suas próprias vidas. Aos pais cabe prepará-los para o futuro, dar-lhes bom exemplo e tentar conversar muito com eles. Parece ser mais fácil controlar as filhas, mantendo-as por mais tempo no reduto da casa. Os meninos, mais rebeldes, defenderiam sua liberdade e escapariam mais cedo do controle dos pais. Uma consequência seria a maior vitimização dos meninos, por meio dos diversos tipos de violência.

A solução seria determinar bem os espaços de circulação dos filhos, o que exige um controle rigoroso, o qual se torna inviável à medida que os filhos vão crescendo. Os pais de filhos pequenos, por exemplo, não aceitam que brinquem nas casas de outros moradores. O medo de se misturar ou de criar algum desentendimento com vizinhos explica tal postura. Mui-

tas casas são minúsculas e não dispõem de área externa livre. São, portanto, propícias a acumular muitas tensões.

Aos pais resta, pois, a tentativa de transmitir aos filhos certos valores. As mães consideram que respeito e “educação” — no sentido de uma conduta socialmente aceita — possibilitar-lhes-ia boas chances no futuro. Constantemente aparece também a preocupação com boa formação escolar como via legítima de algum tipo de ascensão social. Contudo, as falas estão permeadas por realismo. Existe a consciência da falta de qualidade de ensino nas escolas públicas da região, da dificuldade de acesso a escolas profissionalizantes e faculdades, e do mercado de trabalho, cujo acesso está cada vez mais estreito.

Um Centro de Direitos Humanos para desenraizados e excluídos

O drama pessoal e social que os moradores do Capão Redondo vivem, uma vez que não têm acesso a muitos direitos sociais, torna-os desenraizados, errantes nesta cidade imensa, em busca de recursos às vezes ínfimos. Esta realidade apresenta um desafio imenso para entidades como o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP).

A raiz do CDHEP está no final dos anos 1970, anos da ditadura militar, quando as Comunidades Eclesiais de Base floresciam na Arquidiocese de São Paulo. As violações dos direitos humanos, sobretudo por parte da “ordem” estabelecida, contra os grupos de oposição que ressurgiam na sociedade civil, eram flagrantes. Como em outras partes do país, na região episcopal de Itapeverica da Serra também surgiu uma Comissão Pastoral dos Direitos Humanos.

Com a mudança das conjunturas política e eclesial, a Comissão Pastoral tornou-se uma ONG. Ampliou e diversificou suas ações, sendo a questão da violência uma de suas atividades principais. No início da década de 1990, preocupado com a disseminação da violência na região, o CDHEP realizou uma pesquisa sobre homicídios, contando com a colaboração de pesquisadoras da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os dados foram obtidos por meio de depoimentos voluntários de testemunhas oculares de violências, principalmente homicídios, em diferentes localidades da região. Chegou-se a um registro de 217 casos de homicídios. Estes relatos confirmaram os sentimentos de medo,

insegurança, impotência da população em geral e sua descrença na ação eficaz da polícia e da justiça.

Desde sua fundação, o CDHEP articula-se com a população local e com as lideranças dos movimentos sociais, eclesiais e populares, promovendo oficinas, debates e seminários relacionados ao tema da violência. A partir da segunda metade dos anos 1990, o CDHEP trabalha, basicamente, com dois programas: A Escola de Liderança e a Defesa da Vida.

Inaugurada no ano de 1997, a Escola de Lideranças — EL foi um passo no serviço para os Movimentos Populares, as CEB's e outros grupos organizados. Os cursos variam conforme as necessidades. No intuito de aproximar o direito e a justiça aos moradores da região, já foram realizados catorze cursos para formar orientadores jurídico-populares que contam com a colaboração de promotores, juízes e advogados.

Para que as organizações populares possam ajudar no crescimento de estruturas democráticas, é importante comunicar-se bem e planejar suas ações baseadas num processo participativo e de construção coletiva. Assim, a EL oferece oficinas de planejamento estratégico participativo e de comunicação oral. Também, pensou-se na importância da parte administrativa de movimentos e organizações, oferecendo um curso de administração gerencial e contábil.

O CDHEP continua sempre em busca de uma espiritualidade comprometida. Às lideranças da Igreja, prioritariamente católica, é oferecido um curso de fé e política que incentiva o compromisso responsável com a realidade que nos cerca.

A questão étnica/racial também é contemplada. Contribuir para uma cultura de inclusão das diferenças, de auto-afirmação dos afro-brasileiros, majoritariamente presentes em nossas periferias e nas nossas programações, é uma preocupação do CDHEP. Assim, abriga em seu espaço o curso pré-vestibular para afro-descendentes.

O programa Defesa da Vida está trabalhando em quatro frentes. O projeto Planejar para Integrar Escola e Comunidade está em andamento, com três escolas municipais em diversos pontos da região. É uma proposta para estimular a participação da comunidade na escola. Trata-se da realização de um planejamento participativo tendo como atores o corpo escolar e a comunidade. Tendo em vista a disseminação de diversas formas de vio-

lência em nossas comunidades, são elaborados caminhos para solucionar alguns problemas pequenos e locais, por meio da interação comunidade-escola. Aos poucos aspira-se a uma (re) construção de laços locais, importantes para ultrapassar a situação atual.

Como iniciação de trabalho com conflitos, o CDHEP propõe um conjunto de oficinas com a finalidade de crescimento na aceitação destes como parte intrinsecamente ligada às relações humanas. Não se trata de evitá-lo por julgá-lo de forma negativa. Trata-se de acolhê-lo e aproveitar as possibilidades que se nos apresenta. Em nossos bairros, frequentemente pequenos conflitos podem levar a fins trágicos. Para romper este círculo, nossa proposta é reforçar o poder que está em nós para escolhermos, conscientemente, o fim da reprodução de respostas violentas. Trata-se de aprender a ouvir, falar, propor soluções e escolher a menos prejudicial para cada uma das partes envolvidas.

O projeto *Eu Também Sou Cidadão* visa um público de adolescentes e jovens. Por meio de leitura e cultura no CDHEP e nas escolas públicas da região, desperta e/ou aprofunda a noção de cidadania. Incentiva e fortalece valores, atitudes e ações em defesa da vida. Propicia acesso à pesquisa, informação e formação, principalmente no que diz respeito aos direitos humanos e às questões inerentes ao exercício pleno da cidadania, especialmente importante numa região com índices elevados de pobreza, exclusão e violação dos direitos básicos.

O Fórum em Defesa da Vida é uma rede de entidades, aberta a todos que queiram participar da superação da violência: entidades, igrejas, escolas e pessoas físicas. Constituiu-se após a 1ª Caminhada pela Vida e pela Paz, organizada em 2 de novembro de 1996, Dia de Finados, pelas comunidades eclesiais de base (CEBs), os Movimentos Sociais e o CDHEP. O intuito era ampliar o sentido da manifestação religiosa — popular, própria daquele dia, chamar a atenção para o aspecto da violência e denunciar o des-caso dos órgãos públicos quanto à região, quando considerados os indicadores sociais.

Aos poucos, o Fórum estabeleceu prioridade: segurança pública, luta pelo acesso à justiça e educação para a cidadania. Ao longo dos anos, tem feito gestões junto aos poderes públicos no sentido de apoiar, sugerir, cobrar políticas públicas que favoreçam a superação da violência e a diminuição da imensa exclusão social da nossa região. A proposta do Fórum é

ser suprapartidária, ecumênica e democrática. Sendo uma rede de entidades, configura o difícil e constante desafio de estabelecer um espaço onde todos tenham voz, podendo discutir, propor e escolher.

Os desafios são muitos

Os contornos do CDHEP apresentam muitos desafios. Superar a violência pede, entre outras, atuações no campo social, educacional, cultural, espiritual e urbanístico. O investimento em políticas públicas é parte da solução, mas não é suficiente. O CDHEP propõe uma concepção ampla dos problemas e de suas soluções. Não quer e não pode abarcar todas as questões, mas propõe a superação de uma visão fragmentada e reducionista da realidade e do ser humano. Sua modesta programação tenta corresponder a esta proposição.

Sabe que a questão da violência é mais complexa do que a simples reivindicação por mais polícia e outras políticas públicas. Podemos abordar ainda a violência seguindo uma reflexão sobre o consumo. Como acusar adolescentes e jovens que matam para roubar, para obter bens de consumo e de luxo, pondo em prática o que acreditam ser a verdade — o consumo traz a felicidade? Para além da criminalidade contemplada nos códigos, será que não está na hora de investigar também a mentira daqueles que montaram esta verdade? Aqueles que, como muitos de nossos jovens, acreditam nela, espalham-na por todos os meios. Aqueles que empacotam a mentira, expõem-na nas prateleiras dos supermercados e com elas alimentam os jovens?

Voltando a Weil: “Na catástrofe de nosso tempo, algozes e vítimas são, uns e outros, antes de mais nada, os portadores involuntários do testemunho de miséria atroz, no fundo da qual jazemos” (2001: 217). Assim, a reversão da miséria sobre a qual nossa sociedade insiste em fundamentar-se exige uma revisão geral e, particularmente, uma revisão da educação. Exige também aquele *continuum educativo*, indicado no início deste texto, que pede ligação entre academia e periferia a fim de educarmos para os direitos humanos numa perspectiva universal, superando o individualismo, consumismo e hedonismo dos tempos pós-modernos. Exige a construção de uma comunidade qualitativamente diferente: inclusão na coletividade dos

humanos à qual pertencem 6 bilhões de outros seres. Os desafios para os *direitos humanos* são muitos.

Bibliografia

- ABONG. *Desenvolvimento e direitos humanos: diálogos no Fórum Social Mundial*. São Paulo, Peirópolis, 2002.
- ALVITO Marcos de Souza. *As cores de Acari*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, 1998. Tese de doutorado.
- BUORO, Andréa Bueno. *Negociando a dignidade humana: Os familiares de presos e a percepção de direitos humanos*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1998. Dissertação de mestrado.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. "A sociedade vista da periferia". *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 1, v. 1, 1986.
- FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Cedec, 1985.
- MARSHALL. T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- SARTI, Cynthia Anderson. *A família como espelho. Estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — USP, 1994. Tese de doutorado.
- SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo — dinâmica social dos anos 90*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. São Paulo, Edusc, 2001.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.